ISSN: 2358-8829

ESCUTA SENSÍVEL COMO PRÁTICA FORMATIVA NA RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA: NARRATIVAS E EXPERIÊNCIAS NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Maria Darla Lopes da Mota [1]
Orientador(a) Emília Carvalho Leitão Biato [2]

INTRODUÇÃO

A relação entre escola e família ocupa lugar central nos debates sobre educação inclusiva, sobretudo quando se trata do acompanhamento de estudantes com Necessidades Educativas Específicas. Embora o arcabouço legal brasileiro tenha avançado na garantia do direito à educação para todos, da Lei de Diretrizes e Bases (Brasil, 1996) à Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), a efetivação desse direito no cotidiano escolar segue dependendo de relações concretas de diálogo entre profissionais da educação e famílias, relações que nem sempre encontram espaço ou tempo garantidos na rotina escolar.

Neste estudo, a expressão Necessidades Educativas Específicas é compreendida em sentido amplo, em diálogo com a Declaração de Salamanca (Unesco, 1994) e com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que reconhecem a possibilidade de qualquer estudante demandar, em algum momento da trajetória escolar, apoios pedagógicos diferenciados.

Este trabalho decorre de pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília, que investiga como a escuta das narrativas de familiares e profissionais da educação pode constituir-se como prática formativa na relação escola-família. Parte-se da escuta sensível, proposta por Barbier (2007), que a descreve como atenção ética à singularidade do outro, capaz de acolher expectativas, afetos e experiências sem reduzi-los a protocolos técnicos de atendimento.

Essa escolha decorre de uma constatação da atuação profissional da pesquisadora, que atua há anos com psicopedagogia clínica e institucional: a escola costuma dispor de canais de comunicação com as famílias, mas raramente de espaços de escuta que reconheçam familiares e

[1] Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Brasília – UnB, maria.darla@aluno.unb.br.
[2] Professora orientadora: Dra. Emília Carvalho Leitão Biato, Faculdade de Educação – Universidade de Brasília – UnB, emiliaclbiato@unb.br.

ISSN: 2358-8829

educadores como produtores de saber sobre a criança que acompanham. A escuta, nesta pesquisa, é tratada como prática formativa, não como procedimento de coleta de dados. Essa lacuna tende a se acentuar quando a criança em questão demanda apoios pedagógicos diferenciados, situação em que o diálogo entre escola e família se torna, ao mesmo tempo, mais necessário e mais frágil.

Este trabalho tem como propósito discutir a escuta sensível enquanto prática formativa, examinando sua contribuição para a atuação de professores e demais profissionais da Educação Básica no acompanhamento de estudantes com Necessidades Educativas Específicas. Para isso, apresentam-se o percurso metodológico da pesquisa em curso, o referencial teórico que a sustenta e as discussões preliminares que emergem desse percurso.

METODOLOGIA

A pesquisa aproxima-se da perspectiva da pesquisa-ação, por entender a investigação como processo capaz de produzir conhecimento ao mesmo tempo em que intervém na realidade pesquisada. A abordagem é qualitativa, e os dados estão sendo produzidos por meio de entrevistas semiestruturadas com familiares e profissionais da educação, questionários sociodemográficos e registros em diário de campo.

A leitura das narrativas dialoga com a perspectiva da otobiografia, tal como formulada por Derrida (1982), para quem o relato de uma experiência não se fecha em quem narra, mas depende também de quem o escuta: “é o ouvido do outro que assina [...] o que faz o texto acontecer” (Derrida, 1982, p. 50-51). Essa escolha teórico-metodológica desloca a pesquisadora de uma posição de observadora externa para uma posição de interlocutora implicada no processo de produção de sentido junto aos participantes.

O campo de pesquisa é uma escola da rede privada de ensino do Distrito Federal, e os participantes são familiares, professores e gestores que acompanham estudantes com Necessidades Educativas Específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Não há número fixo de participantes definido antes da imersão em campo: a produção de dados se encerra quando os relatos coletados passarem a se repetir, sem trazer elementos novos à compreensão do fenômeno.

O tratamento do material qualitativo seguirá a Análise de Conteúdo Categorial Temática proposta por Minayo (2014). O protocolo de pesquisa, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS-UnB), observa as exigências das Resoluções CNS nº 466/2012 e nº 510/2016.

ISSN: 2358-8829

REFERENCIAL TEÓRICO

A escuta sensível, conforme Barbier (2007), não se confunde com técnica de levantamento de informações: é postura ética que pressupõe presença, disponibilidade e reconhecimento da singularidade do outro. Skliar (2019, p. 88) reforça essa compreensão ao afirmar que escutar o outro em sua diferença constitui exercício de alteridade, condição necessária ao encontro autêntico entre sujeitos, o que, no contexto escolar, significa reconhecer familiares e profissionais da educação como interlocutores legítimos, não como fontes de informação sobre a criança.

Essa escuta encontra eco na crítica de Freire (1987) à cultura do silêncio, processo histórico pelo qual determinados sujeitos são mantidos fora dos espaços de fala e decisão. Na escola, essa lógica tende a relegar famílias de estudantes com Necessidades Educativas Específicas a posições periféricas, sobretudo quando o diálogo se restringe a comunicados sobre desempenho ou comportamento, sem espaço para que a família narre sua própria experiência. Para Freire (1996, p. 43), o primeiro sinal de que alguém sabe escutar é reconhecer que não é o único a ter o que dizer, formulação que serve de parâmetro ético para a postura adotada nesta pesquisa.

A relação entre escola e família, nesse sentido, pode ser lida como rede de reciprocidade: Portugal (2007) descreve a rede como tecido de relações que sustentam a vida social, metáfora que ajuda a compreender por que o enfraquecimento do diálogo entre esses dois espaços repercute diretamente sobre a experiência escolar do estudante e de quem o acompanha.

A dimensão formativa da escuta se sustenta ainda no paradigma do cuidado de Portugal (2021), que entende o cuidado como prática social relacional e distribuída, e não como gesto individual ou técnico. Transpondo essa leitura para o cotidiano escolar, cuidar da inclusão implica cuidar também de quem acompanha a criança, reconhecendo o desgaste que recai sobre familiares e profissionais da Educação Básica quando a escuta inexiste ou se reduz a formalidades burocráticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Por se tratar de pesquisa em desenvolvimento, este trabalho apresenta reflexões preliminares, voltadas à construção teórico-metodológica do estudo, e não a resultados empíricos consolidados.

ISSN: 2358-8829

A primeira reflexão diz respeito à distinção, já perceptível na literatura mobilizada, entre comunicação escolar e escuta sensível: nem toda interação entre escola e família configura escuta, no sentido aqui adotado. Comunicados, reuniões protocolares e registros em agenda cumprem função informativa, mas não necessariamente abrem espaço para que a narrativa da família seja reconhecida como produção de sentido, como propõe a leitura otobiográfica de Derrida (1982).

A segunda reflexão envolve a formação docente: supõe-se que a escuta sensível, quando incorporada como prática formativa, desloca o professor de uma posição transmissiva para uma posição investigativa, atenta aos sentidos que os sujeitos atribuem à própria experiência escolar (Barbier, 2007; Freire, 1996). Essa hipótese será examinada à luz das narrativas produzidas em campo ao longo da pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho apresentou o percurso teórico e metodológico de uma pesquisa em desenvolvimento sobre a escuta sensível como prática formativa na relação entre escola e família, no acompanhamento de estudantes com Necessidades Educativas Específicas nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Ao aproximar escuta sensível, cultura do silêncio e otobiografia, o estudo sustenta que a inclusão escolar depende de relações sustentadas pelo diálogo, e não só do cumprimento de protocolos de comunicação entre escola e família. A continuidade da pesquisa permitirá examinar, a partir das narrativas produzidas em campo, em que medida essa escuta se traduz em mudanças concretas nas práticas pedagógicas e na formação continuada dos profissionais da Educação Básica.

Palavras-chave: escuta sensível, formação docente, educação inclusiva, narrativas, relação escola-família.

REFERÊNCIAS

BARBIER, René. A escuta sensível em educação. Tradução de Maria Luiza de S. Azevedo. São Paulo: Cortez, 2007.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

DERRIDA, Jacques. O ouvido do outro: otobiografias, transferência, tradução. Tradução de Paulo Ottoni. São Paulo: Escuta, 1982.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

PORTUGAL, Sílvia. Contributos para uma discussão do conceito de rede na teoria sociológica. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2007. (Oficina do CES, n. 271).

PORTUGAL, Sílvia. Dádiva e cuidado: paradigmas para (re)pensar cidadania e políticas públicas. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2021.

SKLIAR, Carlos. A escuta das diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2019.

UNESCO. Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Salamanca: UNESCO, 1994.